

FHC - Discurso

ÍNTegra

“Os brasileiros estão vivendo melhor”

Esta é a íntegra da mensagem do presidente Fernando Henrique na abertura dos trabalhos do Congresso:

“Senhores membros do Congresso Nacional:

O Brasil de 1997, tal como o vejo, é um país que começa a colher os frutos da estabilidade econômica e política, entra no quinto ano consecutivo de crescimento e, com vigor redobrado, começa a resolver seus graves problemas sociais. É, por isso mesmo, um país que cresce dia-a-dia no interesse da comunidade internacional e na confiança de seu próprio povo.

Está em nossas mãos a chave de decisões fundamentais para fazer dessa confiança a certeza de que este é um país que afinal encontrou seu rumo.

Que a confiança da Nação nos inspire — aos senhores membros do Congresso e ao presidente da República — humildade, sabedoria e firmeza para tomar essas decisões.

Em 1996, o Brasil acabou de virar a página negra da superinflação. Mais do que a marca de um dígito, ao redor da qual fechamos o ano, o que nos dá essa certeza é a firme tendência declinante das variações de preços, que se mantêm desde o lançamento do real e deve continuar em 1997, segundo a previsão praticamente unânime de analistas e agentes econômicos.

Entre as causas desse êxito estão os avanços decisivos que completamos no processo de desindexação da economia. Avanços que não se deram sem resistência, diga-se de passagem. Resistência natural dos poucos que ganhavam muito com os ativos financeiros indexados e, até com maior intensidade, resistência equivocada de quem confundia indexação do salário nominal com defesa do salário real do trabalhador.

O fim da indexação realmente custou caro aos especuladores e aos bancos. A participação do setor financeiro na renda nacional caiu pela metade, de 16% para 8%.

Mas os milhões de brasileiros que vivem de salário ou do seu próprio trabalho autônomo, longe de serem prejudicados, livram-se do perverso imposto inflacionário. Por isso distribuição de renda no Brasil deixou de ser uma figura de retórica para se tornar realidade mensurável.

O rendimento médio dos brasileiros aumentou 28% em termos reais entre 1993 e 1995, segundo o IBGE. Para os 10% mais pobres, o aumento foi de mais de 100%. Em 1996, o rendimento médio das pessoas ocupadas teve um aumento real de mais de 8%.

A recuperação da renda também beneficiou os aposentados e pensionistas: desde julho de 1994 o piso dos benefícios pagos pela Previdência Social teve um aumento real de 18%.

O crescimento do consumo de alimentos, vestuário, material de construção e eletrodomésticos confirma, sem margem de dúvida, aquilo que cada um pode ver no dia-a-dia: os brasileiros, principalmente os mais pobres, estão vivendo melhor. O que mais será preciso para se arquivar a idéia da indexação de salários e preços como instrumento válido de defesa do trabalhador?

A distribuição de renda foi possível porque os fatos desmentiram outro equívoco: que recessão e desemprego em massa seriam o preço a pagar pela estabilização da economia.

De 1993 a 1995, o PIB brasileiro cresceu em média 4,7% ao ano, mais que o dobro da média dos dez anos anteriores. Em 1996 deve ter crescido em torno de 3%. As previsões para 1997 situam-se entre 4% a 5%. Assim o Brasil estará completando cinco anos consecutivos de crescimento, com uma taxa acumulada de cerca de 25%.

Fica claro aquilo que sempre afirmo, como ministro da Fazenda e como presidente: que a estabilidade não seria um fim em si mesmo, mas uma condição necessária para o crescimento com continuidade, que é, este sim, o objetivo da nossa política econômica. No começo do Plano Real, a produção e o consumo cresceram fundamentalmente pelo aproveitamento da capacidade ociosa da indústria. Daqui por diante, a continuidade do crescimento passa a ser impulsionada por outro fator: a firme retomada dos investimentos produtivos.

No terceiro trimestre de 1996,

a taxa agregada de investimento chegou a 16,4% do PIB, contra 15,5% no último trimestre de 1995. O investimento estrangeiro direto mais do que dobrou em um ano, atingindo US\$ 9,2 bilhões, e vai continuar crescendo em 1997.

De fato, mais do que crescimento linear, o novo ciclo de investimento está pondo em marcha uma profunda reestruturação da economia brasileira, com intensa incorporação de novas tecnologias e o espraio da industrialização para regiões do país aonde ela não havia chegado, ou havia muito fracamente.

A indústria automobilística é um exemplo marcante, mas não único, da descentralização que está em curso. Há apenas dois anos só havia montadoras em dois Estados brasileiros: São Paulo e Minas Gerais. Hoje esses dois Estados estão produzindo muito mais automóveis, em mais fábricas, e há montadoras instaladas ou em processo de instalação no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia.

Eis aí outra forma de distribuição de renda sobre a qual se falava muito e se fazia pouco no Brasil: a diminuição dos desequilíbrios regionais. Começamos a fazê-la e, conjugando as iniciativas deste Congresso, do Executivo federal, dos governadores, dos empresários e da sociedade, vamos levá-la ainda mais longe.

A retomada dos investimentos reflete, além da confiança na estabilização, a percepção dos investidores nacionais e estrangeiros de que o Brasil hoje tem uma estratégia clara de desenvolvimento, sintonizada com as realidades da economia mundial e firmemente respaldada pelo governo e pela sociedade.

Dois eixos dessa estratégia — a abertura comercial e a mudança do papel do Estado na economia — registraram avanços marcantes em 1996.

Abriam-se novas perspectivas para o Mercosul a partir da assinatura de acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia, e o prosseguimento de negociações com os demais países do Pacto Andino para a formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana. A ênfase na integração regional, longe de representar uma opção exclusivista, melhora a posição do Brasil diante dos demais parceiros comerciais, na escala de prioridades dos investidores e, por conseguinte, nos fóruns internacionais de negociação.

A soma das exportações e importações brasileiras atingiu a marca histórica de US\$ 100 bilhões. Tendo em vista o tamanho e a complexidade da economia brasileira, o comércio exterior pode e deve crescer muito mais, potencializando o crescimento do mercado interno, que continua a ser o motor principal do nosso desenvolvimento.

O déficit da balança comercial resultou em larga medida do aumento das importações de bens de capital destinados à modernização da estrutura produtiva nacional. Tal modernização, junto com as medidas já adotadas de redução do “custo Brasil” — aumento da eficiência da infraestrutura, desoneração tributária, desburocratização, melhoria das condições de financiamento — vai impulsionar significativamente o desempenho das exportações, com resultados visíveis já a partir deste ano. Vamos colher esses resultados com a tranquilidade que nos proporciona o fluxo crescente de investimentos estrangeiros diretos, a melhora das condições de captação de recursos no mercado financeiro internacional e reservas internacionais da ordem de US\$ 60 bilhões.

Quanto à mudança do papel do Estado na economia, 1996 marcou o início do investimento em larga escala de capitais privados em infra-estrutura, com a venda de ativos estatais e novas concessões nos setores de energia elétrica e ferrovias. Esse movimento deve ampliar-se em 1997, abrangendo, além dos já citados, os setores de telecomunicações, portos, rodovias e mineração.

O processo de privatização é importante para a redução do “custo Brasil” e a superação de deficiências de infra-estrutura que poderiam limitar severamente o crescimento da economia. Os investimentos privados têm uma participação fundamental no Programa Brasil em

Ação, que reúne 42 projetos prioritários do governo nas áreas de infra-estrutura e social.

A privatização é também um instrumento importante de política fiscal, na medida em que permite reduzir o estoque da dívida e a pressão dos juros respectivamente sobre o gasto público. Mas não é o único aspecto relevante na transformação do papel econômico do Estado.

Menos visível, mas igualmente fundamental, é o fortalecimento da função reguladora do Estado, especialmente ali onde sua participação como produtor direto de bens e serviços está sendo reduzida. A Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída em 1996, assim como as agências reguladoras dos setores de petróleo e telecomunicações, cuja legislação ainda está em exame pelo Congresso Nacional, são marcos da nova forma de articulação entre Estado e atividade produtiva.

O saneamento das instituições financeiras federais está devolvendo ao governo — e ao País — outro poderoso instrumento de política econômica. Todas elas estão com mais recursos para aplicar, e com prioridades claras para aplicar melhor.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para citar um exemplo, desembolsou R\$ 9 bilhões no financiamento de investimentos em 1996. Este ano deve chegar perto dos R\$ 12 bilhões, metade dos quais destinados à reestruturação dos segmentos da indústria doméstica mais fortemente impactados pela abertura comercial. Quebrando o padrão anterior de concentração de recursos em poucos megaprojetos, a atuação do BNDES volta-se para o fomento a pequenas e médias empresas, o acesso ao crédito para a população mais pobre e a sustentação do nível de emprego e renda. Como um marco dessa mudança, no fim de janeiro último, o banco firmou seu primeiro contrato de crédito popular, com uma organização comunitária de Porto Alegre.

Ao contrário de um suposto “desmantelamento” do Estado brasileiro, a redução do seu papel como produtor direto caminha lado a lado com o substancial fortalecimento do seu papel de coordenação da atividade econômica e, em última análise, da sua capacidade de atuação estratégica em defesa dos interesses nacionais.

Por tudo isso, o Brasil tem razões para encarar com confiança suas perspectivas de desenvolvimento diante dos desafios e oportunidades da globalização da economia. Não somos, decididamente, um país que deva ou possa resignar-se a ficar à margem desse processo.

O balanço de dois anos de governo também é animador em relação às perspectivas de superação do secular atraso social brasileiro. Dois anos de esforços persistentes de racionalização do gasto público nessa área traduzem-se numa soma expressiva de êxitos, em benefício do conjunto da população e especialmente dos mais pobres.

Há um ano, fazendo o balanço do primeiro ano de governo, afirmo que o Brasil havia parado de piorar. Hoje posso afirmar com convicção que começamos a melhorar também na área social.

Os êxitos colhidos pelo Comunidade Solidária nas suas várias frentes de atuação — combate à mortalidade infantil, apoio ao desenvolvimento da educação infantil e ao ensino fundamental, geração de ocupação e renda, qualificação profissional, melhoria da alimentação de escolares e famílias pobres, das condições de moradia e de saneamento básico, fortalecimento da agricultura familiar — encorajaram-nos a estender sua atuação a 1.100 municípios.

Registro com particular satisfação a queda dos índices de mortalidade infantil no País em geral, e nas áreas trabalhadas pelos agentes comunitários de saúde em especial, onde a redução estimada foi da ordem de 40%. A meta do Programa de Redução da Mortalidade na Infância é reduzir pela metade, até 1999, a média nacional do início da década, que era de 50 óbitos por mil nascidos vivos.

Esse resultado reflete a melhora dos níveis gerais de renda e de consumo trazida pelo real. Mas demonstra também, e espe-

cialmente, a eficácia da estratégia de combate à fome e à pobreza articulada pelo Comunidade Solidária, baseada na eleição de prioridades claras, na coordenação das ações do governo federal de acordo com essas prioridades e no estabelecimento de parcerias com os Estados, municípios e a sociedade civil.

A queda da mortalidade infantil aponta para uma realidade de que a evolução positiva de outros índices confirma: a melhora da situação da saúde pública no País.

A distribuição de leite a 1,2 milhão de crianças e o fornecimento de 7,5 milhões de cestas básicas a famílias carentes traduziram-se em queda da mortalidade e no número de internações de crianças por desnutrição nos municípios beneficiados.

Saúde pública também é habitação e saneamento. Estima-se que cada ponto percentual de ampliação do acesso da população aos serviços de saneamento básico acarreta uma redução de mais de seis pontos na mortalidade infantil. Os recursos federais contratados na área de saneamento permitiram o atendimento de 1,8 milhão de famílias em 1996, contra 363 mil em 1995, gerando 287 mil novos empregos. Existem hoje no País, financiadas pelo governo federal, 2.700 obras de saneamento e habitação em andamento em mais de 2.200 municípios.

A poliomielite e o tétano neonatal encontram-se praticamente erradicados do Brasil. O mal de Chagas, doença que mata 43 mil pessoas anualmente na América Latina, caminha para ser eliminado em no máximo três anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, nosso país vem realizando um dos melhores trabalhos de combate à transmissão dessa doença. A difteria e a coqueluche vêm sendo eficientemente controladas pelas campanhas regulares de multivacinação.

A melhora do quadro de saúde pública é parcialmente obscurecida pela situação, muitas vezes precária, do sistema hospitalar. Também nesse campo, todavia, há iniciativas importantes em andamento.

A dificuldade para fazer face à expansão dos gastos federais com o Sistema Único de Saúde, parcialmente aliviada pela entrada em vigor da CPMF em janeiro último, não paralisou os esforços no sentido da melhoria da gestão, tendo por eixo a municipalização e a redivisão dos papéis da União e dos Estados em relação ao sistema. No final de 1996, mais de 3 mil municípios brasileiros estavam habilitados em alguma das formas de gestão descentralizada vigentes, dos quais 137 municípios, abrangendo 16% da população, respondiam plenamente pela gestão da atenção básica à saúde. A meta é elevar esse número para 2.700 municípios em 1997.

Na educação, o governo federal assumiu efetivamente outra prioridade muito homenageada em palavras e negligenciada na prática: a melhoria do ensino fundamental. Várias ações orientadas nesse sentido começaram a apresentar resultados: o treinamento de professores, através da TV Escola, que neste ano deve alcançar 52 mil estabelecimentos, o repasse direto de recursos federais a 154 mil escolas públicas em todo o País; o estabelecimento de novos parâmetros curriculares da primeira a quarta séries e a avaliação de 466 livros didáticos; a distribuição gratuita, antes do início do ano letivo, de livros didáticos a 30 milhões de alunos.

Os avanços nessa área devem assumir um ritmo verdadeiramente revolucionário a partir da instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que redistribui recursos federais, estaduais e municipais de modo a assegurar um gasto mínimo de R\$ 300,00 por aluno/ano.

Na Previdência, o já mencionado aumento do valor real dos benefícios pagos e a expansão do número de beneficiários fizeram a despesa total com benefícios montar a R\$ 41 bilhões em 1996, com um incremento real de 16% sobre o ano anterior. O desempenho excepcional da arrecadação nos últimos dois anos, acumulando um crescimento real de quase 40%, permitiu que se fizesse frente a esse aumento da despesa. O equi-

líbrio das contas da Previdência continua precário, contudo, enquanto não se operar as mudanças estruturais de que trata a proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado Federal.

A par da expansão da quantidade, registram-se melhoras na qualidade do atendimento aos segurados. Um dos indicadores dessa qualidade, o tempo médio de concessão de benefícios, caiu de 35 para 25 dias ao longo de 1996.

Em parceria com Estados, municípios e entidades não-governamentais, os programas federais na área de assistência social possibilitaram o atendimento de 1,5 milhão de crianças em creches e de 400 mil idosos em asilos e centros de apoio. Graças à descentralização das ações e à melhoria da gestão no âmbito federal, os gastos administrativos se reduziram a 3 centavos para cada real dispendido, contra 56 centavos por real no antigo sistema.

O programa de reforma agrária superou pelo segundo ano consecutivo a meta de assentamento, beneficiando 62 mil famílias. As metas para este ano incluem o assentamento de mais 80 mil famílias, fornecimento de crédito de implantação para 217 mil e de produção para 109 mil famílias, e expedição de 43 mil documentos de titulação.

Também nesta área, a coordenação das ações de diferentes órgãos federais e as parcerias com Estados e municípios devem garantir aos assentados a infraestrutura, serviços e assistência necessários à sua emancipação. No mesmo sentido, a aquisição de terras a partir de 1997 deve priorizar áreas cuja qualidade e localização permitam reduzir os custos e aumentar a viabilidade econômica dos assentamentos.

Os ganhos de produtividade têm feito o mercado de trabalho contrair-se na indústria, ao mesmo tempo que se expande nos demais setores da economia, principalmente o de serviços. Para facilitar a adaptação a essa mudança, o governo federal em articulação com os Estados, ofertou em 1996 um total de 1 milhão de vagas em cursos de qualificação e requalificação profissional, com prioridade para trabalhadores de baixa escolaridade, desempregados, subempregados e empresários e empregados de micro e pequenas empresas. A meta para 1997 é chegar a 1,8 milhão de matrículas.

Os exemplos acima, pinçados do extenso capítulo sobre Desenvolvimento Social que integra esta mensagem, devem ajudar a desfazer mais um equívoco dos nossos opositores: o de que este governo, inegavelmente bem-sucedido na condução da economia, seria insensível à pobreza e às injustiças que ensombrecem o quadro social brasileiro.

Tal alegação, além de desmentida pelos fatos, baseia-se numa oposição teoricamente superada entre o “econômico” e o “social”. Num mundo em que a riqueza das nações depende crescentemente do progresso científico e tecnológico e da qualificação dos trabalhadores, a elevação do nível de vida do conjunto da população é, mais que um valor democrático e de solidariedade humana, um requisito do desenvolvimento econômico.

Por significativos que tenham sido nossos avanços nestes dois anos, no entanto, é forçoso reconhecer que a possibilidade de atendimento dos reclamos de justiça e bem-estar social dos brasileiros esbarra nas estruturas do Estado, cuja rigidez e anacronismo comprometem seu equilíbrio financeiro, assim como a quantidade e qualidade dos serviços ofertados à população e, em última análise, as próprias possibilidades de crescimento da produção e do emprego.

O setor público brasileiro fechou 1996 com um déficit operacional acumulado de 4% a 4,5% do PIB, pouco abaixo do registrado em 1995. Entre as causas desse desequilíbrio destacam-se o crescimento dos gastos da União com a Previdência, já mencionado, e dos gastos de pessoal dos Estados e municípios.

Prevê-se uma redução do déficit público em 1997, contando com a continuidade da queda da taxa de juros e da expansão das

receitas tributárias e da Previdência. Contudo, a ampliação das perspectivas de desenvolvimento econômico e social do País permanece em larga medida condicionada a mudanças mais profundas nas estruturas do Estado, que desenhem um horizonte bem definido de equilíbrio fiscal para os investidores privados e abram espaço para a expansão dos investimentos públicos em infra-estrutura e na área social.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tanto quanto a consistência econômica das medidas adotadas, o ambiente de estabilidade política vivido pelo Brasil nos últimos três anos foi e é decisivo para o êxito da estabilização e a retomada do crescimento da economia.

Temos sido, os senhores e eu, co-responsáveis pela manutenção desse clima, exercitando os princípios constitucionais da independência e harmonia dos Poderes que representamos de uma forma que, sem falsa modéstia, considero excepcional na história da República.

Porque entendemos que os problemas de um país em transformação num mundo em transformação não comportam soluções infalíveis nem verdades absolutas, temos feito do livre cotejo das nossas diferenças de visão um método de trabalho. Porque reconhecemos que as soluções que o Brasil reclama dependem de uma ampla convergência de vontades, temos sabido abrir mão de diferenças menores nos momentos de decisão.

Assim demos ao país os instrumentos legais para deter o carro desgovernado da superinflação sem atropelos nem quebra de direitos. Assim completamos as mudanças constitucionais necessárias à abertura da economia e demos passos firmes na sua regulamentação. Assim avançamos na simplificação do sistema tributário e na desoneração das exportações, dos investimentos produtivos e das micro e pequenas empresas. Assim demos início a uma revolução branca na educação, através da emenda do ensino fundamental. Assim estamos reverendo a legislação para desbloquear a realização da reforma agrária. Assim discutimos, aprovamos e sancionamos dezenas de leis que, no conjunto, já configuram o mais extraordinário ciclo de transformações vivido pelo Brasil na vigência do Estado de Direito democrático.

Acredito, senhores, que é chegado o momento de aprofundar esse ciclo com decisões positivas em relação a reforma do Estado, começando pelas propostas de emenda constitucional sobre a administração pública, previdência e sistema tributário.

Ao longo de dois anos de discussões no âmbito do Executivo e do Legislativo, pudemos amadurecer essas mudanças, aquilantando suas inegáveis dificuldades tanto quanto a impossibilidade de eludi-las.

Enfrentemos as dificuldades, portanto. Poderemos fazê-lo começando por tornar claro para nós mesmos e para a sociedade que não se trata, com as reformas, de suprimir direitos, mas sim de garanti-los a longo prazo, com equanimidade, a todos os brasileiros: servidores públicos e contribuintes, trabalhadores ativos e inativos, aposentados do setor público e do privado. Busquemos, a partir das propostas de emenda em tramitação nas duas Casas do Congresso, o ponto de equilíbrio entre esses direitos. Talvez nos surpreendamos ao verificar que a compreensão da própria sociedade evoluiu nesta matéria e, tal como nas mudanças da ordem econômica, aquilo que há pouco tempo despertava controvérsias apaixonadas tornou-se assimilável.

Façamo-lo com firmeza, contudo, sem nos deixarmos paralisar pela incompreensão eventual daqueles que, a trilhar o caminho das mudanças necessárias, preferem agarrar-se como naufragos aos destroços de privilégios insustentáveis.

Vencida a barreira da incompreensão, aprovadas as reformas, os frutos do desenvolvimento econômico e social em pouco tempo mostrarão até aos mais recalcitrantes que este Congresso e o presidente da República mais uma vez convergiram em busca do melhor para o País.

Imbuído dessa certeza, saúdo os senhores membros do Congresso Nacional na abertura de mais um ano legislativo.”